



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Espaços Públicos, Conectividade e Equidade Espacial na Cidade do Rio de Janeiro

CARVALHO, Thereza Christina Couto (1); LAMOUNIER, Alex Assunção (2)

(1) Professora Doutora, UFF – PPGAU. Brasil, thereza.urbanismouff@gmail.com

(2) Doutorando, UFF – PPGAU. Brasil, alex.a.lamounier@gmail.com

Rede de Cooperação em Ordenamento Territorial e Espaços Públicos, RCORTE/PPGAU/UFF



Espaços Públicos, Conectividade e Equidade Espacial na Cidade do Rio de Janeiro

RESUMO

A promoção da equidade social e ambiental depende da consolidação dos vários tecidos urbanos que hoje se apresentam fragmentados pelo abandono, pelos congestionamentos ou pelas apropriações decorrentes de intervenções pontuais de diversos agentes produtores da cidade. Reverter a tendência de fragmentação demandará, da mesma forma, a participação desses agentes.

Cidade policêntrica, constituída por uma rede de espaços públicos singulares potencialmente indutores da consolidação de uma hierarquia de centralidades, umas mais outras menos articuladas, o Rio de Janeiro é, também, resultante de um sistema de regulação assim como de fluxos. As inter-relações entre este município e os crescentes interesses de agentes econômicos externos são verificáveis na transformação dos atores que planejam o desenvolvimento, e de suas atividades produtivas, bem como nos novos padrões de apropriação espacial que alguns desses empreendimentos configuram no território, com frequência indiferentes às demandas das áreas vizinhas. Essas mudanças ocorrem, em muitos casos, em um ritmo acelerado demandando do setor público agilidade crescente na provisão da infra-estrutura que apoie a atividade de serviços ou de produção que aqueles agentes exigem. Essas intervenções são muitas vezes apressadamente realizadas sem o compromisso com a promoção das necessárias alternativas de conexão entre esses espaços, disparando repercussões abrangentes. A ampliação da demanda e a conseqüente sobrecarga dos serviços públicos pré-existentes, em, praticamente, todos os setores, a ampliação crescente dos congestionamentos, a ampliação da demanda e do déficit habitacionais, a inflação dos preços dos imóveis, a deterioração acelerada dos serviços de transporte, de comunicação, de saúde, de educação, que a sobrecarga crescente acarreta, e, finalmente, o crescente desprestígio dos espaços públicos de convivência face aos novos padrões espaciais de ocupação do solo em transformação, monofuncionais em seus propósitos, são algumas das manifestações da importância do tema da equidade espacial para a preservação da nossa qualidade urbana e ambiental de vida.

Este artigo tem como foco contribuir ao debate sobre os pressupostos e propósitos de algumas “novas práticas” de produção do território municipal face ao tema da qualidade urbana e ambiental e da equidade espacial de acesso a espaços públicos de convivência. Esses são aqui entendidos como singularidades morfológicas fortalecedoras da dinâmica urbana nas atividades sociais, culturais, econômicas que atraem, e nos conteúdos simbólicos e identitários que ajudam a consolidar.

PALAVRAS-CHAVE: espaços públicos, equidade espacial, sedimentação urbana, Rio de Janeiro

ABSTRACT

The promotion of social and environmental justice requires the consolidation of various urban fabrics that have been fragmented by abandonment, or by congestion by appropriations arising from ad hoc interventions of various agents producing city. Reverse the trend of fragmentation will require, in the same way, the participation of these agents.

Polycentric city, consisting of a network of potentially inducing natural public spaces by consolidating a hierarchy of centrality, some more some less articulated, the Rio de Janeiro is also resulting from a regulatory system as well as streams. The interrelationships between this municipality and growing concerns of external economic agents are verifiable in the transformation of the actors who plan development, and their productive activities as well as new patterns of spatial appropriation that some of these developments constitute the territory, often indifferent to the demands of neighboring areas. These changes occur in many cases, at an accelerated pace requiring the public sector increasing flexibility in the provision of infrastructure to support the activity of production or services that require those agents. These interventions are often hastily done without the commitment to the promotion of alternatives necessary connection between these spaces, firing comprehensive repercussions. The increased demand and consequent overload of pre-existing in almost all sectors, the growing increase in



congestion, increasing demand and the housing deficit, inflation of property prices, the accelerated deterioration of public services services transportation, communication, health, education, the growing burden entails, and finally, the growing prestige of the public living spaces face the new spatial patterns of land use in transformation, monofunctional their purposes are some of the demonstrations of the importance of the theme of spatial equity for the preservation of our urban and environmental quality of life.

This article focuses on contributing to the debate on the assumptions and purposes of some "new practices" production of the municipal territory against the theme of urban and environmental quality and the spatial equity of access to public spaces for living. These are here understood as empowering morphological peculiarities of urban dynamics in social, cultural, economic activities that attract, and symbolic identity and content that help consolidate.

KEY-WORDS: *guidelines, submission, paper, model public spaces, spatial equity, urban sedimentation, Rio de Janeiro*

RESUMEN:

La promoción de la justicia social y ambiental requiere la consolidación de diferentes tejidos urbanos que han sido fragmentados por abandono, o por la congestión de los créditos derivados de intervenciones ad hoc de los diversos agentes que producen la ciudad. Revertir la tendencia de la fragmentación requerirá, de la misma manera, la participación de estos agentes.

Ciudad policéntrica, que consiste en una red potencial de inducción de espacios públicos naturales mediante la consolidación de una jerarquía de centralidad, unos más otros menos articulados, el de Río de Janeiro también es resultante de un sistema de regulación, así como los arroyos. Las interrelaciones entre este municipio y la creciente preocupación de los agentes económicos externos son verificables en la transformación de los actores que planifican el desarrollo, y sus actividades productivas, así como nuevos modelos de apropiación espacial que algunos de estos acontecimientos constituyen el territorio, a menudo indiferente a las demandas de las zonas vecinas. Estos cambios se producen en muchos casos, a un ritmo acelerado que requiere el aumento de la flexibilidad del sector público en la provisión de infraestructura de apoyo a la actividad de producción o de los servicios que requieren los agentes. Estas intervenciones son a menudo apresuradamente a cabo sin el compromiso con la promoción de alternativas de conexión necesaria entre estos espacios, disparando repercusiones integrales. El aumento de la demanda y la consiguiente sobrecarga de casi todos los sectores ya existentes en el creciente aumento de la congestión, el aumento de la demanda y el déficit de vivienda, la inflación de los precios inmobiliarios, el deterioro acelerado de los servicios de los servicios públicos el transporte, la comunicación, la salud, la educación, la creciente carga conlleva, y por último, el creciente prestigio de los espacios públicos frente a los nuevos patrones espaciales de uso del suelo en transformación, monofuncionales sus efectos son algunas de las demostraciones de la importancia del tema de la equidad espacial para la preservación de la calidad urbana y ambiental de la vida.

Este artículo se centra en contribuir al debate sobre los supuestos y propósitos de un poco de "nuevas prácticas" de producción del territorio municipal en contra del tema de la calidad urbana y ambiental y la equidad espacial de acceso a los espacios públicos para vivir. Estos se entiende aquí como la habilitación peculiaridades morfológicas de la dinámica urbana en las actividades sociales, culturales, económicos que atraen, y la identidad simbólica y contenido que ayudará a consolidar.

PALABRAS-CLAVE *espacios públicos, equidad territorial, sedimentación urbana, Río de Janeiro*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata dos espaços públicos, suas características morfológicas, inter-relações com malhas viárias e parcelamentos que distinguem a cidade onde estão inseridos, com os usos do solo praticados, e seus conteúdos utilitários e simbólicos, configurados em tempos distintos, sob diferentes regimes de regulação e representatividade (e relevância) do Poder Público e do



Mercado. Apresenta resultados de pesquisa para o desenvolvimento de método de análise morfológica de transformações urbanas e configuração de centralidades. Contou, para esse propósito, com o apoio de diferentes órgãos financiadores, ao longo das etapas mais recentes de consolidação: CEFEN/UERJ (2007), CGEE (2007-2008); CNPq/PIBIC (2011/2012).

O Espaço Público é aqui entendido como largos, praças, ruas e passeios, e suas margens, todos nas dimensões físicas que os caracterizam. Consideram-se definidores da forma: a geomorfologia dos sítios onde estão localizados, tipologias arquitetônicas das edificações a volta, e dimensões que caracterizam o lote, o quarteirão e a malha viária onde estão inseridos.

As relações do espaço público com a Cidade abrangem caminhos e fluxos, formas de apropriação individual e coletiva, temporária e permanente, pública e privada que configuram movimento e lugar nas dimensões utilitária e simbólica que, em conjunto, conformam a paisagem.

A equidade na apropriação do espaço público é vista como condição à formação do conteúdo identitário do ser público que a todos nós representa, sempre em construção. Entende-se que os papéis do poder público, do público e do mercado, suas representações e repercussões físicas no território urbano, a base normativa que pauta suas relações com o indivíduo e o coletivo de uma dada sociedade, contribuem para a definição da referida identidade.

Tratam-se aqui das heranças, mutações e persistências que o conjunto de tecidos urbanos chamados espaços públicos contem, sofre e revela, em algumas circunstâncias discutidas a seguir. Tratam das singularidades que distinguem diferentes processos de gênese desses espaços, e dos diferentes ritmos de mudanças e apropriações sócio-espaciais que caracterizam suas transformações ao longo do tempo. Trecho selecionado da cidade foi analisado com esse propósito.

2 CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA

O propósito ao nomear as diferentes categorias da rede de espaços públicos a serem estudados foi não enfatizar uma hierarquia de espaços, mas, sim, apontar as diferentes predominâncias nas relações funcionais espaciais que as redes apresentarão, e distinguir os pesos relativos que as diferenciam. Procurou-se, com essa taxionomia, realçar as diferentes relações entre sujeito observador e objeto observado, no contexto dos critérios morfológicos adotados nos diferentes estudos que deram origem a esta pesquisa.

As leituras sobre o tecido da cidade consolidada e sua suposta obsolescência defendida por alguns autores implicam geralmente uma visão estática e uma leitura realizada/idealizada a partir de um qualquer momento eleito. Todos os tecidos construídos sempre comportaram elementos morfológicos de períodos anteriores, inseridos em traçados, estruturas urbanas ou construções, e integrados na vivência diária dos seus habitantes.

Idealizações que excluem toda a cidade já construída como realidade física existente, opondo uma “cidade histórica” a uma cidade pós-industrial como duas realidades estanques e estáticas não servem, portanto, ao propósito do entendimento da cidade contemporânea.

O conjunto desses vestígios e signos que ora se justapõem, ora são sobrepostos e ocultos, ora são valorizados e mantidos, ora são abandonados, somados às forças de configuração que os geraram, integram o patrimônio da cidade a que podemos chamar de “capital genético da

paisagem urbana”. São apropriados diferentemente, ao longo dos vários tempos de sedimentação, por diferentes grupos sociais, adaptando-o a novas e velhas funcionalidades, de distintas maneiras.

Essas mutações e resistências - nas várias dimensões qualitativas que integram a cidade, seus usos e usuários, e os percursos que os seus fluxos funcionais descrevem – parecem refletir dimensões relacionais recorrentes e, portanto, persistentes que distinguem o capital genético de uma dada paisagem.

Dimensões

Morfológicamente as redes de espaços públicos, ruas e praças, integram espaços diferenciados de importância relativa distinta, apresentando-se no conjunto como espaços estruturantes, de transição entre diferentes desenhos urbanos, acomodando as geometrias das velhas e das novas ocupações e urbanizações, para incorporar o que foi desejado em algum momento ao que já fora construído, criando escalas intermediárias que alimentam os elos de ligação. Enquanto praças, tendo a transição de escala e de geometria como um dos critérios de configuração, esses espaços têm, conseqüentemente, formas poligonais variadas e de diferentes graus de definição geométrica e regularidade arquitetônica. A arte com que se materializam fisicamente, tomada a partir das soluções observadas, parece consistir em aceitar e permitir - aceitar do tecido velho a preservação de suas demandas, e do novo permitir novas apropriações. Enquanto ruas, constituem elos de ligação entre os eixos remanescentes com as sucessivas intervenções que moldaram a malha que integram, e com os demais eixos que foram introduzidos. Rebatem-se na paisagem e nela também se reabastecem, ao manterem relações funcionais ‘vivas’ e atuais com as demais partes da rede viária, e com as funções que atendem. Nessa condição ainda interagem com as rotas dos novos eixos continuando, portanto, a contribuir para estruturar a cidade.

Institucionalmente, as redes de espaços públicos apoiam mudanças nas lógicas de configuração do tecido urbano, representadas, ou não, sob a forma de normativas de controle da ocupação, e que foram sendo alteradas ao longo de longo período de tempo por diferentes razões. Da mesma forma marcam a presença do poder público no espaço do bairro constituindo, pela sua singularidade intrínseca, sinal legível da relação daquela comunidade com o Estado. As redes de espaços públicos são, portanto, o lugar da representação do poder público, no seu dever de servir e direito de cobrar, através das instituições ali presentes.

Socialmente essas redes de espaços públicos influenciam positiva ou negativamente - dependendo das mencionadas representações e desempenhos nas dimensões anteriores - suas relações com os habitantes e visitantes, assim como com a cidade. Muitos destes espaços catalisam o encontro espontâneo de moradores e vizinhos, enquanto outros os rejeitam e se remetem a funções urbanas complementares. Pelas características morfológicas específicas que ostentam, como escala, intersecção do seu perímetro com o entorno imediato, relação entre espaços internos e externos, privado e público, histórico de ocupação e tradição de usos, áreas expostas ao sol e sombreadas, entre outros atributos, muitas das edificações que margeiam apresentam sinais de usos mistos, comercial ao rés-do-chão e residencial nos andares superiores, o que parece fazer com que dos espaços públicos se espere, e se pratique, igualmente, múltiplas funções em múltiplos horários, por diferentes grupos de usuários.

Economicamente alimentam em diferentes graus atividades e usos importantes para a geração da riqueza e da atração e, portanto, da vida da cidade. As edificações que abrigam usos comerciais e outras atividades econômicas certamente se beneficiam da vizinhança desses

espaços pelos atributos e representações anteriormente mencionados e que, juntamente com as práticas sociais e culturais que ali se agregam, somam cumulativamente para a constituição da paisagem urbana enquanto conjunto de lugares referenciados.

Ambientalmente, ruas, praças e passeios desafogam as áreas onde ocorrem enriquecendo a paisagem que se contempla, purificando o ar que se respira, diluindo os ruídos que se ouviriam em outras circunstâncias, além de oferecer oportunidades de outras vivências sensoriais.

Quanto ao último atributo genético, *conectividade*, muitos desses espaços apresentam funções importantes cuja acessibilidade constitui determinante estratégica ao sucesso. Fundamentais à conectividade interna e externa da cidade, redes de transportes públicos, paradas de transportes públicos, áreas de estacionamento e estações de Metrô ‘alimentam’ as relações entre os demais atributos aqui chamados genéticos.

A perspectiva adotada neste trabalho entende que a importância das redes de espaços públicos está associada e atraindo singularidades que se articulam nas dimensões anteriormente referidas, muito além da exclusivamente morfológica, seja a característica que lhe define a excepcionalidade definida pela natureza, produzida por sedimentação ou projetada.

3 DINÂMICA, RITMOS DE MUDANÇA E FASES DE SEDIMENTAÇÃO

Muitas das sucessivas transformações ocorridas em ruas e praças em várias cidades brasileiras eliminaram os referenciais da paisagem-contexto que as geraram e que lhes garantiam singularidade e identidade. Entende-se, aqui, por paisagem-contexto, a paisagem criada pela espacialização das relações entre pessoas, forças de ação, coisas e território, a qual, por sua vez, por força da relação de identidade assim construída, é também criadora. Milton Santos definiu identidade como “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Assim é o território que apresenta atributos de polarização e agregação social, onde usos e costumes são impressos como marcas das maneiras de ver e viver de uma dada sociedade. Intervenções que pretendem modernizar esses espaços eliminando esses conteúdos correm sérios riscos de provocar a obsolescência precoce do território e das redes de usos e trocas que nele se apóiam e daqueles que delas extraem seu sustento. Desprovidos destes atributos os espaços públicos, entre ruas e praças, parecem perder, nesses casos, ambos os propósitos originais, seja o ritualístico, o social-comercial, ou o cultural-identitário.

Enquanto fatos singulares, os espaços públicos têm demonstrado, desde seus antecedentes no Brasil, visibilidade assegurada. As intervenções ‘modernizadoras’ do Poder Público, independente do conteúdo do moderno aplicado, ora eliminaram por completo todas as marcas de origem ora recuperaram as feições tradicionais do tecido urbano como potencial de atração para fins de ‘consumo turístico’ – em ambos os casos com impactos avassaladores sobre as áreas onde estavam inseridos. Parecem, freqüentemente, desconsiderar as relações simbólicas e funcionais que aqueles espaços contêm e estimulam com suas vizinhanças próximas e distantes.

A relação entre suas qualidades formais, conteúdos funcionais e simbólicos e com o tecido onde se inserem, conferem aos EPAs atributos que valorizam as singularidade(s) que os distinguem e reforçam as condições de resiliência diante das transformações urbanas. Embora esses atributos não se ganhem necessariamente de modo progressivo e linear, dado que o

processo de sedimentação requer acontecimentos sucessivos, sua aquisição é apresentada por fases.

A **primeira fase** trata do momento em que ruas, praças e passeios são percebidos como espaço de exceção. Nesta condição constituem uma “**singularidade atrativa**” de outras singularidades, em outras dimensões, que em conjunto configuram fluxos de relações funcionais definindo certos padrões espaciais que podem ou não se consolidar na paisagem. Abrange espaços que se distinguem numa dada área pelos atributos morfológicos anteriormente apresentados, e/ou também pela sua feição geomorfológica, e pela localização em relação à rede de espaços e caminhos que integram.

A **primeira fase da singularidade atrativa**, também emerge de largos e praças projetadas com o intento de ritualizar uma edificação e/ou função cuja nobreza ou predominância mereceu destaque em determinado tempo, quando foi gerada, e que ainda bem cumprem este papel no espaço e no tempo atual.

As praças de novas urbanizações, sejam essas de expansão ou de renovação, que em alguns casos apresentam a intenção pré-concebida em projeto da “centralidade projetada que polariza”, também foram consideradas pertinentes a esta categoria ou fase. A intenção de criar centros que polarizem, à semelhança da singularidade atrativa, reflete-se, quando bem sucedida, na posterior agregação de usuários, usos e atividades econômicas e institucionais para suas margens. Com as dimensões, formatos e escalas possíveis, a localização estratégica na rede de espaços públicos, e as condições de acessibilidade que usufruam, são determinantes para essa fase no processo de sedimentação.

A **segunda fase** consiste na “**fruição agregadora**” quando ruas, praças e passeios, nesta condição de agregadores, conquistam cumulativamente significados reconhecidos e prestigiados com potencial para se constituírem em imagens com identidades de referência. Corresponde, portanto, ao estágio seguinte à atração que exerceram originalmente, e que ainda exercem enquanto ‘reconhecidos’ como espaços valorizados de exceção. Essa relação funcional e espacial de agregação se manifesta através de diferentes e sucessivas práticas de apropriação, de usuários, usos e atividades que se somam à sua volta. Assim como na fase anterior, o fator de excepcionalidade pode originar-se a partir de atributos em diferentes dimensões – geomorfológica, econômica, cultural, social, etc. A presença de negócios, por exemplo, sinaliza que a fase da apropriação que agrega já acontece, e com possibilidades de consolidação. A atividade de fruição agregadora se verifica em qualquer dessas dimensões.

A **terceira fase** corresponde à consolidação das duas anteriores, diferenciando-se pela intensificação dos conteúdos funcionais e simbólicos no tempo e no espaço, cujos significados socialmente reconhecidos foram coletivamente construídos e já se mostram como identidade de referência prestigiosa. Já se manifesta sob a forma da “**tradição valorizadora**” das praças, ruas e passeios. Constitui outro momento na dinâmica da sedimentação, quando os espaços públicos considerados já aparecem como lugares de referência identitária prestigiosa. Nesta fase o patamar de atração pode ser ampliado muitas vezes, internacionalmente inclusive, com efeito correspondente sobre o patamar de agregação.

Entende-se que as referidas três fases ocorrem na ordem apresentada, sucessivamente e que são cumulativas, e que novas singularidades introduzidas em qualquer das dimensões anteriormente definidas uma vez percebidas, degustadas e apropriadas estão hoje, como no passado, a disparar novos processos de sedimentação. O que significa dizer que a praça que se enquadra na terceira fase, da tradição que valoriza, ao receber novos acréscimos de



singularidade continua atraindo, e ainda agregando novos usuários cujos novos usos e atividades, por sua vez, robustecem a imagem identitária que ali se configurou como lugar de referência caracterizando um processo circular e cumulativo de enriquecimento do sítio.

4 COMENTANDO O MÉTODO À LUZ DE OUTRAS ABORDAGENS: LYNCH, AYMONINO E KOSTOF

O método desenvolvido pela Profa. Dra. Thereza Carvalho (publicado em CARVALHO e COELHO, 2009) dialoga com metodologias definidas por Lynch, Aymonino e Kostof que discutem maneiras possíveis de ler as cidades voltadas mais ao entendimento dos processos de mudança que a análises simplesmente formais de um estado atual.

Lynch (1975, p. 01-02) trata “da evidência do tempo” “no mundo físico, de como os sinais externos se ajustam (ou deixam de se ajustar) a nossa experiência interior, e de como esta relação interior-exterior poderia converter-se numa relação vitalizadora”. Analisa “desde a preservação histórica até as formas de transição, o futurismo, os sinais do tempo, a estática do tempo, o ritmo biológico, a percepção do tempo, o desastre, a renovação e a revolução”. Defende que “o caráter da imagem pessoal do tempo é crucial para o bem-estar individual, assim como ao êxito no direcionamento de transformações ambientais, e para que o entorno físico exterior desempenhe um papel na construção e manutenção dessa imagem do tempo”. Define como “imagem desejável” aquela que “celebra e amplia o presente, ao mesmo tempo em que estabelece conexões com o passado e o futuro”.

Prioriza processos de preservação mais voltados aos valores cotidianos de grupos culturais, em detrimento da “visão dominante” relacionada a personalidades, eventos e locais considerados importantes e à eleição de determinados períodos. Considera que “a pátina do tempo pode ser preservada, imitada ou eliminada” conforme o tipo de preservação histórica (idem, p. 37) e explica que definir ‘o que preservar’ exige identificar aspectos do passado que se relacionem ao presente. Uma solução de caráter forte (em projetos adaptativos) pode resultar no respeito a instituições, valores ou a conduta de caráter único de um grupo de usuários.

Lynch destaca a importância do entendimento da configuração da paisagem à identificação de transformações e rupturas. Considera essencial a permanência de qualidades ambientais do passado, relacionando paisagem e significado, forma e função, a manutenção de determinados territórios temporais/espaciais, cujas formas sustentam certas atividades.

Aymonino (1984) elabora uma crítica à tipologia arquitetônica como solução para a cidade e elemento principal na definição da forma urbana – estado de crise em função do esvaziamento ou transformação dos significados (as relações ganham importância nesse sentido). “Qualquer estudo sobre a estrutura urbana de uma [...] cidade não pode ter em vista uma única previsão do seu desenvolvimento”. “Pelo contrário, pode ser utilizado para diferentes hipóteses sobre o futuro da própria cidade ou das cidades em geral”. “Os instrumentos da morfologia e da tipologia construtiva servem para análises – comparadas ou não – do ‘já existente’ [incluindo as soluções não realizadas, que também integram a história urbana]”. Mudanças substanciais de valor podem ocorrer “até um possível desaparecimento total [de um possível] caráter ordenador” – conduzem a hipóteses sobre o “que há a fazer”. Considera importante que a permanência de relações entre “tipologia construtiva” e “morfologia urbana” “continue a ser um meio de comparação, um parâmetro unificando os fatos passados e o presente”



(AYMONINO, 1984, p. 137). Assim, “estudos sobre as estruturas urbanas” podem libertar “a prática arquitetônica” “das pressões dos padrões quantitativos e dos esquemas genericamente funcionais, e constituir a matriz cultural de uma tendência da arquitetura contemporânea, sem todavia se identificarem necessariamente com ela”.

Kostof (2005) analisa espaços públicos e seu papel como centralidades – determinantes – e “pano de fundo” para a vida urbana. Afirma que, no que concerne aos espaços públicos, a questão principal se refere mais à maneira como estes são utilizados que a suas configurações formais. Suas considerações sobre forma associam-se, sempre, à relação entre estrutura física e utilização do espaço, numa investigação sobre como uso e apropriação podem ser favorecidos pela configuração espacial. Explica o que denomina “essencialidade do espaço público”, afirmando que “cidades de qualquer idade têm sido ajustadas para providenciar espaços abertos que possam promover encontros sociais e servir à condução dos assuntos públicos” – “public affairs”. Considera que “há dois aspectos que justificam o conceito de espaço público”: “familiaridade e possibilidade de encontros”: “saímos para encontrar nossos amigos e vizinhos pela cidade, assim como no banco do parque, na praça em frente à igreja”; e “ritual”: “espaços públicos mantêm atividades comuns ou estruturadas – festivais, motins, celebrações, execuções públicas – e, por conta disso, tais lugares arcarão com as evidências projetadas de nossos registros compartilhados e nosso comportamento ritual” (KOSTOF, 2005, p. 123-124).

Enquanto “o objetivo fundamental do espaço público é abrigar a comunidade e arbitrar o conflito social”, “o objetivo do governo em dominar o espaço público é restringir o acesso e regular o comportamento no espaço”. Define-se, assim, o seguinte paradoxo: a utilização da praça, o “senso de pertencimento”, muitas vezes independente do “consentimento das autoridades” e de “qualquer declaração de um propósito que a justifique” (KOSTOFF, 1999, p. 124-125). O “senso de pertencimento” pode levar a formas de privatização de alguns espaços de domínio público – um espaço pertencente “genuinamente ao domínio público”, por exemplo, apropriado por um pequeno grupo de cidadãos como área comum entre os mesmos.

Kostof (p. 130) constata que, com o crescimento urbano, novos espaços públicos podem ir surgindo e, assim, integrando uma rede, junto aos antigos, na malha da cidade. Centralidades pré-definidas constituem fator importante “na definição de um espaço como ponto de encontro representativo numa cidade”. O sítio, contudo, pode também “ser determinado anteriormente à definição da centralidade”. Centralidades diversas são consideradas mais atrativas que uma centralidade única. Em alguns bairros, uma pequena praça ou rua principal, por exemplo, podem funcionar como centro da vida da comunidade. Suas preocupações ressaltam a importância da relação espaço/tempo em dois sentidos: tanto na garantia da multiplicidade de usos, visões e narrativas (conforme MASSEY, 2009), quanto na configuração espacial através de um processo continuado ao longo do tempo. Ambos os sentidos são essenciais como fatores determinantes à apropriação dos espaços públicos.

As três fases de sedimentação definidas por Carvalho (CARVALHO, 2009; CARVALHO e COELHO, 2009) não constituem etapas meramente consecutivas, sobrepostas cronologicamente. São inter-relacionadas e podem ocorrer de maneira concomitante e cíclica, não cronologicamente linear. Refletem a importância das relações entre tempo, configuração espacial e significados associados.

Identificação de uma imagem de tempo expressa na paisagem, preocupação de Lynch, relações harmoniosas entre tipologias de edificações e morfologia urbana, apontadas por Aymonino, a



distribuição e escala espacial na configuração dos espaços públicos, estudadas por Kostof, podem definir diferentes formas de “**singularidade atrativa**”.

“Marcas pessoais” e “históricas”, indicando usos em diferentes períodos, “territórios temporais”, cujas configurações sustentam ou sustentaram determinadas atividades, e o “senso de continuidade”, que permite identificar qualidades remanescentes do passado, apontados por Lynch, transformações e permanências nas relações entre elementos e estrutura urbana, incluindo significados frente aos fenômenos urbanos, bem como a definição de centralidades, analisados por Aymonino, e a intensificação, transformação ou anulação de processos configurativos de centralidades, incluindo conexões entre espaços públicos, evolução de usos e significados e fatores que influenciam os processos de apropriação, considerados por Kostof, são aspectos relacionados à “**fruição agregadora**”.

Preocupação com a manutenção de uma “imagem desejável de tempo”, significados associados à configuração visível da paisagem urbana e o papel do imaginário na atribuição e compartilhamento destes significados, seja pelo compartilhamento de valores entre diferentes grupos culturais ao longo do tempo, seja pela frequência de determinadas cenas do passado em citações literárias, filmes e canções, por exemplo, analisados por Lynch, a valorização de “sistemas lingüísticos” arquitetônicos específicos e os fatores de permanência e transformação relacionados a determinados contextos, como estrutura econômico-social, instrumentos técnico-legislativos e operativos e, mesmo, preferências estéticas, identificados por Aymonino, e o paradoxo apropriação espontânea x regulamentação, valorização de sentidos de “familiaridade” e “pertencimento”, compartilhamento de valores culturais, práticas e costumes que legitimam a apropriação dos espaços públicos, reconhecimento da “essencialidade do espaço público” como local de encontro e concretização de rituais, e da importância histórica de determinados espaços e sua evolução no tempo, aspectos tratados por Kostof, são fatores concernentes à intensificação de uma “**tradição valorizadora**”.

5 UMA APLICAÇÃO

A aplicação dessa metodologia tem, como objeto neste artigo, o espaço público **Rua**. Escolheu-se a Rua do Catete, importante percurso de conexão entre os dois Largos e respectivas Igrejas da Glória – Igreja da Glória do Outeiro, no alto do Morro da Glória, e Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Largo da Glória, posteriormente chamado de Largo do Machado.

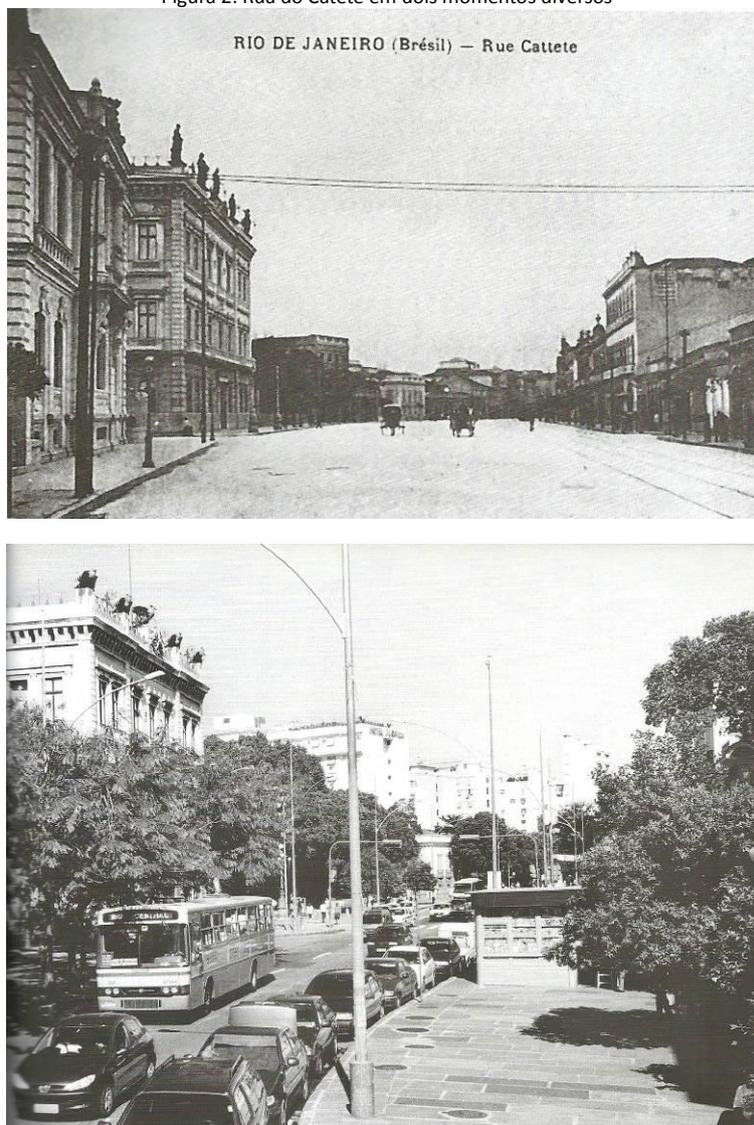
Figura 1: Mapa antigo da região estudada (s/d)



Fonte: Siqueira, 2004, p. 60-61.

Caminhar pela Rua do Catete permite constatar sua importância como eixo de conexão com áreas e elementos representativos de distintos períodos políticos e suas respectivas formas de apropriação espaço-temporal do território, em suas dimensões social, econômica, cultural, desde o tempo da Colônia, do Império, da Primeira República e das demais que lhe sucederam.

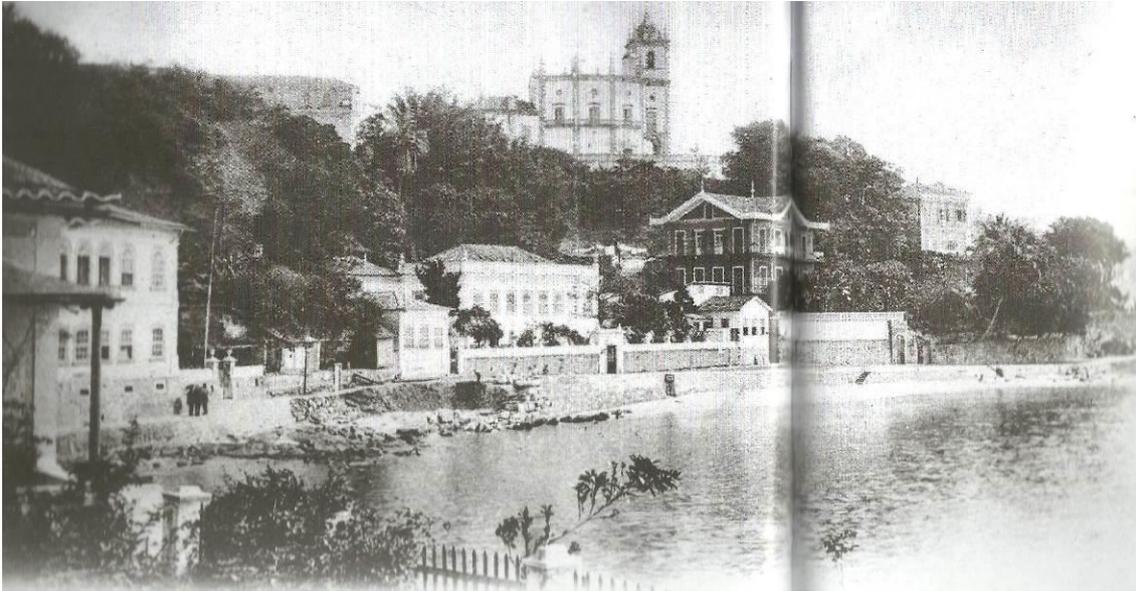
Figura 2: Rua do Catete em dois momentos diversos



Fonte: Siqueira, 2004, p. 70-71.

Logo após o Palácio do Catete, pode-se avistar o Outeiro da Glória, implantado no alto do morro, ainda na primeira metade do século XVIII. Assim que a Rua do Catete se torna Rua da Glória, à direita encontra-se a antiga murada que delimitava o mar, anterior à construção do Aterro do Flamengo.

Figura 3: Vistas Outeiro da Glória: segunda metade séc. XIX, anterior ao Aterro do Flamengo (acima) e atual, rodeada de grandes edifícios



Fonte: Siqueira, 2004, p. 66-67.

A região do Catete possui diversas singularidades atrativas, em múltiplas dimensões. Geraram agregações com diferentes escalas de apropriação espacial que, por sua vez, atraíram cumulativas reconstruções que se sucederam com distintos ritmos de mudança, densificação e transformação ao longo do tempo, identificáveis tanto na morfologia urbana quanto arquitetônica.

Figura 4: Praia do Flamengo em 1957
o traçado da Rua do Catete se apresenta como eixo paralelo
à Praia do Flamengo e rota alternativa de ligação do Centro da cidade à Zona Sul



PRAIA DO FLAMENGO
1957

Fonte: Abreu, 1987, p. 151.

Uma das agregações indicativas do nível elevado de consolidação e tradição valorizadora dessa Rua é o Palácio do Catete, atual Museu da República. Construído na segunda metade do século XIX, como residência da família do Barão de Nova Friburgo, sua arquitetura imponente condiz com as construções de chácaras-palacetes deste período. Diferencia-se, contudo, pela implantação sem recuos frontais, com janelas voltadas diretamente para as ruas que conformam sua esquina. Em 1897 tornou-se sede do Governo Federal, função que se estendeu até os anos 1960. Constitui, portanto, o principal marco arquitetônico do início do período republicano no Brasil, período que deixou, também, outros reflexos, ainda remanescentes e facilmente identificáveis, ali mesmo, na região do Catete. Os antigos hotéis, em frente ao Palácio, cuja arquitetura segue a tipologia dos grandes casarões assobradados ou de três andares da virada do século XIX para o XX, com gradis metálicos pré-fabricados nas sacadas e amplas entradas para carruagens, atestam o passado nobre da Rua do Catete. Outro exemplar desse período é o imponente colégio localizado numa das margens do Largo do Machado, com a data “1874-1889” e os dizeres “ao Povo o Governo” na fachada.

Figura 5a: Palácio do Catete, atual Museu da República



Foto: Lamounier, 2013.

Figura 5b: Antigos Hotéis na Rua do Catete



Foto: Lamounier, 2013.

Figura 5c: Colégio no Largo do Machado



Foto: Lamounier, 2013.

Figura 5d: Igreja de Nossa Senhora da Glória no Largo do Machado



Foto: Lamounier, 2013.

O Catete consiste numa das áreas emblemáticas do Rio de Janeiro no que diz respeito à tradição valorizadora de períodos diversos do desenvolvimento da cidade. A intensa vitalidade local permite reflexões sobre sua configuração identitária, processo imbuído de relações espaço-temporais que conjugam aspectos morfológicos e maneiras de apropriação espacial. Denota a importância de singularidades atrativas em diferentes dimensões qualitativas na configuração de tecidos e redes de conexão entre espaços significativos para grupos variados de cidadãos – a ideia de conjuntos de centralidades como determinante mais significativo à vitalidade que uma centralidade única.

As singularidades atrativas iniciais que marcaram o Percurso do Catete foram beneficiadas por sucessivas ações do Poder Público (ABREU, 1987, p. 37) que favoreceram a mobilidade das classes de maior renda face ao propósito de distanciarem-se do congestionado centro urbano. Assim foram configurados os bairros da Lapa, Catete, Glória e Botafogo. Abreu (idem) indica o notável crescimento dessas freguesias entre 1821 e 1838. O parcelamento desses bairros, na forma de grandes dimensões para chácaras, é frequentemente citado em obras literárias da época, como os romances de José de Alencar, Machado de Assis e Aluísio de Azevedo.

As barraquinhas do comércio de ambulantes nos passeios mais largos ao longo da Rua do Catete são iniciativas individuais cumulativas que têm repercussão coletiva na atratividade do eixo. Às margens das ações do poder público, configuram novas singularidades atrativas a partir da fruição agregadora, para diferentes grupos de cidadãos. O uso e apropriação do espaço estimulados por essas condições caracterizam um processo evolutivo de sedimentação dinâmica. O aumento da vitalidade local resultante desses usos e apropriações torna-se, então, mais um atrativo que, por sua vez, dispara o processo cíclico de sedimentação dinâmica/configuração urbana nas fases anteriormente referidas.

Figura 6a: Barraquinhas de Ambulantes nos passeios mais largos da Rua do Catete



Foto: Lamounier, 2013.

Figura 6b: Feira no Largo do Machado, proximidades da Estação de Metrô



Foto: Lamounier, 2013.

Grandes intervenções geram profundas transformações no tecido urbano. À ocorrência dessas transformações segue-se, inevitavelmente, um processo de acomodações e adaptações, resposta das dinâmicas sócio-culturais às transformações espaciais ocorridas. Essas, por sua vez, também se refletem espaço-temporalmente. Nesses processos de sedimentação, é comum que ações individuais se encontrem – complementarmente – com as ações do poder público. Uma vez superados possíveis conflitos, a relação, neste encontro, é mesmo no sentido adaptativo. A instalação de bancas de jornais, feiras e barraquinhas de comércio ambulante nos passeios alargados pela instalação do metrô exemplificam esse tipo de inter-relacionamento na Rua do Catete. A resposta da cidade frente às transformações do poder público, neste caso, foi a apropriação de um 'espaço cicatriz', resultante da abertura necessária à implantação do metrô, com a configuração de dinâmicas decorrentes de *iniciativas individuais cumulativas que têm repercussão coletiva*.

As duas estações de metrô, no Largo do Machado e em frente ao Palácio do Catete, respectivamente, cuja proximidade reflete a importância da região estudada, reforçam a atratividade do eixo ao mesmo tempo que valorizam o percurso e suas margens. O aumento do fluxo de pessoas decorrente da instalação do metrô atrai o comércio de ambulantes com suas barraquinhas, cuja singularidade de horários de funcionamento ajuda a manter a vitalidade local mesmo no período noturno.



6 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A vida de rua como objeto de estudo, a despeito das diferentes abordagens, teria em comum, segundo Sieber, a percepção do outro como socialmente exótico por estar na rua - o flaneur de Baudelaire ilustraria o ponto. Cordeiro e Vidal (2009) apontam o aspecto metafórico da rua que “parece condensar e sintetizar em si mesma, aquilo que traduz a modernidade que se confunde com o modo de vida urbano: a rua é a cidade, sinônimo de espaço público”. Nesta categoria, “de imagem e símbolo de um modo de vida urbano” a rua “condensa e viabiliza todo um imaginário composto por bipolarizações classificatórias”, até um dado momento após o qual a redução progressiva das várias funcionalidades que a rua viabilizava e que nela eram praticadas, empobreceu-a ao ponto de mudar sua natureza e até decretar sua extinção juntamente com a cidade. M. Gribaudi trata dessa multiplicidade de funções e das relações entre elas, tendo Paris do século XIX como amostra, centrado no “universo da rua e do prédio, com laços de vizinhança coesos e fortes que testemunham a grande proximidade funcional entre a residência e uma intensa atividade econômica” (idem, 2009).

Na visão de Vidal a rua aparece como “um lugar de negociação entre vários interesses e hábitos”, mais ou menos parecido, portanto, com a percepção aqui adotada do papel do espaço público, entre ruas, praças e largos, na construção do tecido urbano ao longo dos eixos de Lisboa visitados anteriormente. Essas praças e largos mostraram-se espaços de transição, entre desenhos urbanos e sistemas de gestão distintos no tempo e espaço, portanto, de permissão para múltiplos usos temporários ou permanentes. Nessa forma de regulação, mais leniente, certo grau de permissão é fundamental para que a absorção das novas formas ou regras sejam absorvidas gradativamente.

A re-qualificação urbana e ambiental de cidades torna-se, nas circunstâncias anteriormente apresentadas, determinante do pretendido desenvolvimento equilibrado em termos sociais, econômicos, ambientais e territoriais. Sua consecução decorre, certamente, da efetiva presença do Poder Público na regulação e fiscalização da ocupação e usos do patrimônio natural e construído que caracterizam nosso território. Comprovada a afirmação de que áreas degradadas expulsam empresas e empregos, o fortalecimento dos atributos que qualificam boas cidades, bons bairros e comunidades locais que com esses espaços tecem suas vidas, e suas articulações intra-urbanas, constituem, nesse contexto, diretrizes à valorização do conjunto assim constituído. O foco da atenção governamental na qualidade ambiental prioriza, também, no que se refere às questões urbanas, o potencial de negócios privados, equipamentos e serviços, assim como projetos de valorização e incentivos à conservação ambiental nas aglomerações urbanas. Sua materialização exige o aperfeiçoamento de procedimentos de gestão e de avaliação territorial que realcem o papel dos espaços públicos como articuladores de centralidades e valorização sócio-ambiental dos bairros e das comunidades de moradores das cidades onde ocorrem.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos-IPP, 1987.
- AYMONINO, C. O Significado das Cidades. Lisboa: Editorial Presença, 1984.



- CARVALHO SANTOS, T. C. Novas Territorialidades no Entorno de Brasília: rearquitetando velhos modelos e novos agentes. In: GAZZANEO, L. M. (org.). Cidades e Espacialidades. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2010, p. 130-148.
- CARVALHO SANTOS, T. C. O DNA da Paisagem – o capital genético das redes de espaços públicos: mutações e persistências. Relatório Pós-Doc encaminhado à PROPPI-UFF, em junho de 2009. Niterói: UFF, 2009.
- CARVALHO SANTOS, T. C.; COELHO, C. D. O Capital Genético das Redes de Espaços Públicos: mutações e persistências. In: GAZZANEO, L. M.; AMORA, A. A. (orgs.). Ordem, desordem, ordenamento – urbanismo e paisagem. 1ª ed. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/UFRJ-FAU, 2009, v. 3, p. 284-303.
- CARVALHO, T. C. The Space of Citizenship: visually perceived non-spatial dimensions of housing. In: ARIAS, E. G. (org.). The meaning and use of housing. Brookfield-USA: Avebury, 1993, v. 7, p. 265-287.
- CORDEIRO, G.; VIDAL, F. (orgs.). A Rua, Espaço, Tempo e Sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- KOSTOF, S. City Assembled – the elements of urban form through history. New York: Thames & Hudson, 2005.
- LYNCH, K. ¿De qué Tiempo es Este Lugar? – para una nueva definición del ambiente. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975.
- MASSEY, D. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MERLIN, P.; CHOAY, F. Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement. Paris: Presses Universitaires, 1998.
- NUNES, J. P.; BAPTISTA, L. V. A Rua Lugar Físico e Construído. In: CORDEIRO, G.; VIDAL, F. (orgs.). A Rua, Espaço, Tempo e Sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- SIEBER, T. Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa. In: CORDEIRO, G.; VIDAL, F. (orgs.). A Rua, Espaço, Tempo e Sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- SIQUEIRA, R. Rio de Janeiro Ontem e Hoje 2. Rio de Janeiro: O Autor, 2004.